

# PRESTAÇÃO DE CONTAS

- **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
- **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB NOSSACOOP, na forma da Legislação em vigor.

## 1. Política Operacional

Em 14/11/2021, o SICOOB NOSSACOOP completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá, principalmente, através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

## 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB NOSSACOOP obteve um resultado líquido de R\$ 3.795.720,72, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido (PL) de 6,60%. Considerando a reversão da Reserva de Expansão, as Sobras à Disposição da Assembleia Geral correspondem ao montante de R\$ 5.795.720,72, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido (PL) de 10,08%.

Com a alteração estatutária ocorrida em novembro/2018 que alterou o percentual destinado ao Fundo de Reserva Legal, passando de 30% para 50%, esta reserva passou a representar 38,30% do PL no exercício de 2021 contra 31,22% no exercício de 2020.

## 3. Ativos

O recurso depositado na Centralização Financeira somou R\$ 186.622.152,63, apresentando uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 11,82%. Por sua vez as carteiras de créditos somaram R\$ 394.131.297,58, apresentando uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 31,20%.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 18,59%

da carteira, no montante de R\$ 76.077.879,06.

## 4. Captação

As captações, no total de R\$ 456.499.446,98, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,83%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 101.080.638,38	22,14%
Depósitos a Prazo	R\$ 355.418.808,60	77,86%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 456.499.446,98</b>	<b>100%</b>

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 33,67% da captação, no montante de R\$ 154.522.425,23.

## 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB NOSSACOOP era de R\$ 51.955.562,14 em 31/12/2021.

## 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas preestabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB NOSSACOOP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99 e diretrizes complementares do Sicoob

Confederação.

## 7. Associação à Cooperativa

Em novembro de 2017, o Banco Central do Brasil (BACEN) homologou a entrada da Cooperativa no segmento de Livre Admissão. Desde então o quadro de associados tem acusado um grande crescimento, fechando o ano de 2021 com 20.078 cooperados, representando um incremento total em torno de 10,71%. Destaque para o acréscimo de cooperados Pessoa Jurídica, cujo número aumentou 27,51% em relação ao ano anterior.

## 8. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas e a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados através de seus representantes (delegados), o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota diversas ferramentas de gestão. Para exemplificar, na

concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e homologado pela SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regimento da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 9. Conselho Fiscal

Eleito em 13/06/2020, com mandato de 03 anos, até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2023, o Conselho Fiscal é um órgão independente na Cooperativa com o objetivo de fiscalizá-la como representante dos interesses dos associados. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal têm experiência e vivência em assuntos contábeis, alguns deles, inclusive, são professores universitários da área contábil. Anualmente, os conselheiros fiscais participam de ações de atualização em contabilidade cooperativista, ações estas promovidas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE e pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG). Além disso, os conselheiros mantêm em seu poder a última versão do manual "Fundamento

mentos para Conselheiros de Administração e Fiscais de Cooperativas de Crédito”, editado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE.

### 10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB NOSSACOOP aderiram em 14/11/2012, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 11. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados. Ela dispõe de um diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria. Tem a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB NOSSACOOP registrou 155 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas, principalmente, a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Todas as manifestações foram prontamente analisadas e respondidas, sendo que 92 foram consideradas improcedentes e 63 procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. Com relação aos registros no Banco Central do

Brasil (RDR), das 27 ocorrências, 13 foram consideradas improcedentes, 5 não reguladas e 8 procedentes, tendo sido resolvidas dentro dos prazos e de forma satisfatória e, por fim, 1 inconclusiva.

### 12. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), tendo também ratificado o seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse Fundo possui, como instituições associadas, todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início em março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo é exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a

sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### 13. Despesas com Provisão de Operações de Crédito

No final de setembro 2018, o Sicoob Confederação implementou o processo automático de reclassificação de risco de tomadores na Classificação de Risco e Limites (CRL), o qual passou a utilizar metodologias e critérios mais rigorosos, refletindo na reavaliação das Probabilidades de Descumprimento (PDs) de maneira periódica e automática, com o mínimo de atividade operacional das cooperativas.

Na data-base de 31/12/2021, o provisionamento de operações de crédito representava 3,65% de toda carteira de operações de crédito.

### 14. Política de Crescimento

Focado em um crescimento sustentável e contínuo, visando não perder espaço e estabelecer presença em suas áreas de atuação, e ainda considerando as oportunidades de negócios, o Sicoob Nossacoop, mesmo com a pandemia da Covid-19, deu continuidade à sua estratégia de expansão e inaugurou 4 novos Postos de Atendimento, quais sejam: São Joaquim de Bicas, no dia 02 de fevereiro; Pedro Leopoldo, no dia 11 de agosto; Belvedere, no dia 13 de setembro; e Montes Claros, no dia 22 de dezembro. Também no dia 08 de outubro, inaugurou o seu PA de Atendimento Digital, localizado no 4º andar da Unidade Administrativa I.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação.

Belo Horizonte (MG), 20 de janeiro de 2022.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alfredo Alves de Oliveira Melo	Conselheiro Efetivo - Presidente
Gustavo César Souza Nascimento	Conselheiro Efetivo - Vice-Presidente
Carlos Antônio Carneiro Lopes	Conselheiro Efetivo
Celso Ferreira dos Santos	Conselheiro Efetivo
Cid Antônio Morais Junior	Conselheiro Efetivo
Juliana Silva Ramires	Conselheiro Efetivo
Margaret de Oliveira Lopes Silva	Conselheiro Efetivo
Rosaura de Castro Alves	Conselheiro Efetivo
Vitória Resende Soares Drumond	Conselheiro Efetivo

### DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Soares dos Santos	Diretor Coordenador
Gilmar Lima Guimarães	Diretor Administrativo e Financeiro
Bruno Mota Ferreira	Diretor de Negócios



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



- **BALANÇO PATRIMONIAL**
- **DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



# BALANÇO PATRIMONIAL

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. SICOOB NOSSACOOP  
4092 - SICOOB NOSSACOOP  
CNPJ: 01.760.242/0001-46  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM REAIS

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>6.986.661,52</b>	<b>4.713.571,87</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>601.125.279,25</b>	<b>482.053.481,21</b>
Relações Interfinanceiras Ativas		186.622.152,63	166.892.627,32
Centralização Financeira	4	186.622.152,63	166.892.627,32
Operações de Crédito	5	409.061.290,87	311.763.828,74
Outros Ativos Financeiros	6	5.441.835,75	3.397.025,15
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(15.338.292,28)</b>	<b>(11.551.672,13)</b>
(-) Operações de Crédito	5	(14.929.993,29)	(11.365.436,93)
(-) Outras	6.1	(408.298,99)	(186.235,20)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>7</b>	<b>182.071,89</b>	<b>189.846,30</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>8</b>	<b>1.427.996,17</b>	<b>1.010.420,00</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>9</b>	<b>13.617.484,50</b>	<b>10.559.283,51</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>10</b>	<b>20.732.766,24</b>	<b>16.789.713,29</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>11</b>	<b>1.033.751,06</b>	<b>974.091,26</b>
<b>(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>		<b>(6.938.503,08)</b>	<b>(5.399.063,45)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>622.829.215,27</b>	<b>499.339.671,86</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO		31/12/2021	31/12/2020
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>12</b>	<b>456.499.446,98</b>	<b>404.576.272,29</b>
Depósitos à Vista		101.080.638,38	75.999.600,30
Depósitos a Prazo		355.418.808,60	328.576.671,99
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>96.289.506,31</b>	<b>35.299.558,43</b>
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	13	89.614.859,10	34.332.249,90
Outros Passivos Financeiros	14	6.674.647,21	967.308,53
<b>PROVISÕES</b>	<b>16</b>	<b>2.900.976,67</b>	<b>2.581.033,99</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>17</b>	<b>1.225.088,90</b>	<b>750.330,23</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>18</b>	<b>8.427.358,85</b>	<b>6.706.746,85</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>57.486.837,56</b>	<b>49.425.730,07</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>19</b>	<b>29.675.741,54</b>	<b>27.568.355,66</b>
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>19</b>	<b>22.015.375,30</b>	<b>15.432.527,03</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS</b>	<b>19</b>	<b>5.795.720,72</b>	<b>6.424.847,38</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>622.829.215,27</b>	<b>499.339.671,86</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. SICOOB NOSSACOOP  
4092 - SICOOB NOSSACOOP  
CNPJ: 01.760.242/0001-46  
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS  
EM REAIS

DSP	Notas	2o Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>34.271.153,79</b>	<b>61.109.983,77</b>	<b>44.337.160,14</b>
Operações de Crédito	22	27.143.700,51	51.848.127,47	40.556.012,69
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.a	7.127.453,28	9.261.856,30	3.781.147,45
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>23</b>	<b>(20.219.196,04)</b>	<b>(31.362.873,23)</b>	<b>(15.603.862,12)</b>
Operações de Captação no Mercado	12.d	(11.583.543,82)	(16.149.317,67)	(6.348.443,79)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.b	(3.290.218,94)	(3.990.982,31)	(1.897.388,37)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(5.345.433,28)	(11.222.573,25)	(7.358.029,96)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>14.051.957,75</b>	<b>29.747.110,54</b>	<b>28.733.298,02</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(10.198.523,07)</b>	<b>(17.869.387,38)</b>	<b>(13.062.965,66)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	8.692.677,25	16.908.513,92	13.469.579,74
Rendas de Tarifas	25	5.604.971,52	10.698.947,92	8.487.603,93
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(11.397.910,39)	(21.817.023,00)	(14.978.252,10)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(12.858.204,27)	(23.433.344,42)	(18.943.145,85)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(1.184.085,63)	(2.244.931,47)	(1.731.821,63)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	1.916.639,06	3.761.707,87	3.254.240,01
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(972.610,61)	(1.743.258,20)	(2.621.169,76)
<b>PROVISÕES</b>	<b>30</b>	<b>(364.940,88)</b>	<b>(713.562,87)</b>	<b>(212.677,45)</b>
Provisões/Reversões para Contingências		(272.314,25)	(468.173,51)	(203.382,13)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(92.626,63)	(245.389,36)	(9.295,32)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>3.488.493,80</b>	<b>11.164.160,29</b>	<b>15.457.654,91</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>31</b>	<b>(56.542,45)</b>	<b>(65.239,68)</b>	<b>(186.771,97)</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		107.505,63	107.505,63	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(77.867,55)	(77.867,55)	-
Ganhos de Capital		31.343,45	75.007,74	97.905,05
(-) Perdas de Capital		(4.692,41)	(44.066,03)	(284.472,15)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	-	(204,87)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(112.831,57)	(125.819,47)	-
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>3.431.951,35</b>	<b>11.098.920,61</b>	<b>15.270.882,94</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(297.514,99)</b>	<b>(514.270,30)</b>	<b>(136.958,67)</b>
Imposto de renda Sobre Atos Não Cooperados		(162.883,58)	(293.790,80)	(36.095,72)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(134.631,41)	(220.479,50)	(100.862,95)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>-</b>	<b>(209.982,98)</b>	<b>(855.983,38)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>3.134.436,36</b>	<b>10.374.667,33</b>	<b>14.277.940,89</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>		<b>(885.365,53)</b>	<b>(885.365,53)</b>	<b>(715.822,43)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>		<b>2.249.070,83</b>	<b>9.489.301,80</b>	<b>13.562.118,46</b>
<b>DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>		<b>-</b>	<b>(5.693.581,08)</b>	<b>(8.673.271,08)</b>
FATES - Fundo de Ass. Técnica, Edu. e Soc.		-	(948.930,18)	(1.356.211,85)
Fundo de Reserva		-	(4.744.650,90)	(7.317.059,23)
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO APÓS O JCP E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>		<b>2.249.070,83</b>	<b>3.795.720,72</b>	<b>4.888.847,38</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. SICOOB NOSSACOOB  
4092 - SICOOB NOSSACOOB  
CNPJ: 01.760.242/0001-46  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE  
EM REAIS

DRA	2o Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>Sobras/Perdas Líquidas</b>	<b>3.134.436,36</b>	<b>10.374.667,33</b>	<b>14.277.940,89</b>
Outros resultados abrangentes			
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>3.134.436,36</b>	<b>10.374.667,33</b>	<b>14.277.940,89</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. SICOOB NOSSACOOB  
4092 - SICOOB NOSSACOOB  
CNPJ: 01.760.242/0001-46  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM REAIS

DESCRIÇÃO	Notas	2o Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>				
		<b>3.431.951,35</b>	<b>11.098.920,61</b>	<b>15.270.882,94</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	-	(252.388,87)	(536.060,61)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.345.433,28	11.222.573,25	11.222.573,25	7.358.029,96
Provisões/Reversão para Garantias Prestadas	92.626,63	245.389,36	245.389,36	9.295,32
Provisões/Reversão Não Operacionais	-	-	-	204,87
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável de Ativos de Uso	-	-	-	12.882,31
Provisões/Reversões para Contingências	272.314,25	468.173,51	468.173,51	203.382,13
Atualização de depósitos em garantia	-	-	(41.000,00)	(66.378,28)
Depreciações e Amortizações	1.131.998,06	1.131.998,06	2.128.897,56	1.686.424,26
		<b>10.274.323,57</b>	<b>24.870.565,42</b>	<b>23.938.662,90</b>
<b>Aumento (Redução) em ativos operacionais</b>				
Operações de Crédito	(45.123.894,79)	(45.123.894,79)	(104.449.405,41)	(117.407.247,25)
Outros Ativos Financeiros	(1.714.883,65)	(1.714.883,65)	(2.287.820,42)	(360.112,02)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(1.447,48)	(1.447,48)	7.774,41	(181.683,63)
Outros Ativos	616.659,10	616.659,10	(417.576,17)	142.724,86
<b>Aumento (Redução) em passivos operacionais</b>				
Depósitos a Vista	22.584.086,77	22.584.086,77	25.081.038,08	45.189.069,79
Depósitos a Prazo	14.578.996,54	14.578.996,54	26.842.136,61	163.294.876,10
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(36.482.377,91)	(36.482.377,91)	55.282.609,20	(49.574.669,57)
Outros Passivos Financeiros	5.668.674,66	5.668.674,66	5.707.338,68	450.719,50
Provisões	(185.130,96)	(185.130,96)	(393.620,19)	(108.724,40)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	456.313,46	456.313,46	474.758,67	132.476,23
Outros Passivos	(2.544.792,66)	(2.544.792,66)	625.263,49	828.472,66
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-	(143.788,15)	(377.076,08)
FATES - Atos Cooperativos	(948.930,18)	(948.930,18)	(948.930,18)	(1.356.211,85)
IRPJ e CSLL pagos	(297.514,99)	(297.514,99)	(514.270,30)	(136.958,67)
		<b>(33.119.918,52)</b>	<b>29.736.073,74</b>	<b>64.474.318,57</b>
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais</b>				
		<b>(33.119.918,52)</b>	<b>29.736.073,74</b>	<b>64.474.318,57</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Distribuição de Dividendos	-	-	163.990,11	434.370,24
Distribuição de Sobras da Central	-	-	88.398,76	101.690,37
Aquisição de Intangível	(5.738,94)	(5.738,94)	(70.095,54)	(632.698,60)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.543.941,47)	(2.543.941,47)	(4.522.075,14)	(2.609.970,20)
Aquisição de investimentos	(1.112.090,94)	(1.112.090,94)	(3.058.200,99)	(958.695,07)
Outros Ajustes	-	-	-	-
		<b>(3.661.771,35)</b>	<b>(7.397.982,80)</b>	<b>(3.665.303,26)</b>
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>				
		<b>(3.661.771,35)</b>	<b>(7.397.982,80)</b>	<b>(3.665.303,26)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Aumento por novos aportes de Capital	1.254.846,48	1.254.846,48	2.543.984,61	2.122.306,72
Devolução de Capital à Cooperados	(1.844.407,79)	(1.844.407,79)	(2.988.324,60)	(1.815.784,91)
Estorno de Capital	(20,00)	(20,00)	(105.520,43)	(10.366,86)
Destinação de Sobras Para Associados	-	-	(686.034,77)	(144.614,96)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	862.221,84	862.221,84	862.221,84	696.231,69
Aumento nas reservas por incorporações	-	-	2.038.197,37	-
Reversões de Reservas	-	-	(2.000.000,00)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	(25.299,26)
		<b>272.640,53</b>	<b>(335.475,98)</b>	<b>822.472,42</b>
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>				
		<b>272.640,53</b>	<b>(335.475,98)</b>	<b>822.472,42</b>
<b>Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
		<b>(36.509.049,34)</b>	<b>22.002.614,96</b>	<b>61.631.487,73</b>
<b>Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	230.117.863,49	230.117.863,49	171.606.199,19	109.974.711,46
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	193.608.814,15	193.608.814,15	193.608.814,15	171.606.199,19
		<b>(36.509.049,34)</b>	<b>22.002.614,96</b>	<b>61.631.487,73</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. SICOOB NOSSACOOOP  
4092 - SICOOB NOSSACOOOP  
CNPJ: 01.760.242/0001-46  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM REAIS

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Expansão		
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>26.187.593,30</b>	<b>(600.329,65)</b>	<b>8.115.467,80</b>	<b>-</b>	<b>3.071.695,67</b>	<b>36.774.427,12</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao FATES					(377.076,08)	(377.076,08)
Constituição de Reservas			536.000,00	1.000.000,00	(1.536.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados - Pago					(144.614,96)	(144.614,96)
Distribuição de sobras para associados - Integralizado	<b>988.705,37</b>				(988.705,37)	-
<b>Outros Eventos/Reservas</b>					(25.299,26)	(25.299,26)
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.179.012,64	(56.705,92)				2.122.306,72
Por Devolução (-)	(1.815.784,91)					(1.815.784,91)
Estorno de Capital	(10.366,86)					(10.366,86)
<b>Reversões de Reservas</b>				(1.000.000,00)	1.000.000,00	-
<b>Reversões de Fundos</b>						-
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>					14.277.940,89	14.277.940,89
<b>Remuneração de Juros ao Capital Próprio</b>						
Provisão de Juros ao Capital					(715.822,43)	(715.822,43)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	<b>696.231,69</b>					<b>696.231,69</b>
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva			6.781.059,23		(6.781.059,23)	-
FATES - Atos Cooperativos					(1.356.211,85)	(1.356.211,85)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>28.225.391,23</b>	<b>(657.035,57)</b>	<b>15.432.527,03</b>	<b>-</b>	<b>6.424.847,38</b>	<b>49.425.730,07</b>
<b>Destinações de Sobras Exercício Anterior:</b>						
Ao FATES					(143.788,15)	(143.788,15)
Constituição de Reservas			1.800.000,00	2.000.000,00	(3.800.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados - Pago					(686.034,77)	(686.034,77)
Distribuição de sobras para associados - Integralizado	<b>1.795.024,46</b>				(1.795.024,46)	-
<b>Outros Eventos/Reservas</b>					-	-
<b>Constituição de reservas por incorporações</b>			38.197,37		2.000.000,00	<b>2.038.197,37</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	2.447.022,77	96.961,84				2.543.984,61
Por Devolução (-)	(2.988.324,60)					(2.988.324,60)
Estorno de Capital	(105.520,43)					(105.520,43)
<b>Reversões de Reservas</b>				(2.000.000,00)	2.000.000,00	(2.000.000,00)
<b>Reversões de Fundos</b>						-
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>					10.374.667,33	10.374.667,33
<b>Remuneração de Juros ao Capital Próprio</b>						
Provisão de Juros ao Capital					(885.365,53)	(885.365,53)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	<b>862.221,84</b>					<b>862.221,84</b>
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva			4.744.650,90		(4.744.650,90)	-
FATES - Atos Cooperativos					(948.930,18)	(948.930,18)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>30.235.815,27</b>	<b>(560.073,73)</b>	<b>22.015.375,30</b>	<b>-</b>	<b>5.795.720,72</b>	<b>57.486.837,56</b>
<b>Saldo em 30/06/2021</b>						
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>29.888.951,58</b>	<b>(485.850,57)</b>	<b>17.270.724,40</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>7.240.230,97</b>	<b>55.914.056,38</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>						
Por Subscrição/Realização	1.329.069,64	(74.223,16)				1.254.846,48
Por Devolução (-)	(1.844.407,79)					(1.844.407,79)
Estorno de Capital	(20,00)					(20,00)
<b>Reversões de Reservas</b>				(2.000.000,00)	2.000.000,00	-
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>					3.134.436,36	3.134.436,36
<b>Remuneração de Juros ao Capital Próprio</b>						
Provisão de Juros ao Capital					(885.365,53)	(885.365,53)
Juros ao Capital Subscrito - Líquido	<b>862.221,84</b>					<b>862.221,84</b>
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>						
Fundo de Reserva			4.744.650,90		(4.744.650,90)	-
FATES - Atos Cooperativos					(948.930,18)	(948.930,18)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>30.235.815,27</b>	<b>(560.073,73)</b>	<b>22.015.375,30</b>	<b>-</b>	<b>5.795.720,72</b>	<b>57.486.837,56</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOOP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOOP é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/11/1996, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA.- SICOOB CENTRAL CECREMG e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB NOSSACOOOP, sediado na RUA ARTUR ITABIRANO, Nº 251, SÃO JOSÉ, BELO HORIZONTE - MG, possui 30 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BELO HORIZONTE - MG, MONTES CLAROS - MG, BARBACENA - MG, DIAMANTINA - MG, SÃO JOSÉ DA LAPA - MG, IBIRITÉ - MG, MARIANA - MG, SÃO JOÃO DEL REI - MG, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CONTAGEM - MG, BETIM - MG, CONGONHAS - MG, SABARÁ - MG, OURO PRETO - MG, CARANDAÍ - MG, SANTOS DUMONT - MG, JUIZ DE FORA - MG, SÃO JOAQUIM



DE BICAS - MG, PEDRO LEOPOLDO - MG.

O SICOOB NOSSACOOOP tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Prover a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.



## 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 20/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

#### a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de

setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos são:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

#### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e

no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

### 2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com o ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP, em conjunto com seus associados, empregados e a comunidade, está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP, visando administrar e conter os efeitos da crise, criou um Plano de Contingência para nortear sua postura frente à pandemia da Covid-19, com o intuito de fornecer segurança aos trabalhadores no funcionamento das suas unidades, aos associados e ao público em geral que tenha relacionamento físico com qualquer uma de suas unidades. Este Plano de Contingência visa medidas individuais e coletivas adotadas pelo Sicoob Nossacoop que estão baseadas nas orientações da Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais e da Organização Mundial de Saúde para prevenção do contágio pelo coronavírus. Tais medidas tencionam:



- Conscientizar os colaboradores sobre a prevenção de contágio pelo coronavírus e a forma correta de higienização das mãos e demais medidas de prevenção, através de cartilhas digitais, procedimentos e cartazes afixados nos lavabos das unidades;

- Orientar os colaboradores para comunicar ao setor de Recursos Humanos, de forma imediata, quaisquer alterações em seu estado de saúde, como sintomas ou contato com pessoas suspeitas e/ou em caso de diagnóstico positivo;

- Adotar mecanismos, como demarcação de lugares, para que os colaboradores mantenham distância segura entre eles;

- Conscientizar os colaboradores sobre evitar contatos muito próximos, como abraços, beijos e apertos de mãos;

- Para reduzir o contato pessoal com o público externo, incentivar a adoção de canais digitais para transações financeiras, evitando assim, o deslocamento dos clientes às agências e, caso a visita seja indispensável, priorizar agendamentos de horários das visitas, a fim de distribuir o fluxo de pessoas e evitar aglomerações dentro das agências;

- Instalar barreiras acrílicas nas estações de trabalho entre os colaboradores atendentes e os clientes, a fim de evitar o contato direto;

- Revestir de filme PVC as maquininhas leitoras de cartão – Pin pad para facilitar a desinfecção do equipamento com álcool 70% a cada uso, trocando o material a cada turno;

- Adotar a triagem com medição de temperatura dos colaboradores e clientes na entrada das unidades antes do contato com os colaboradores;

- Disponibilizar máscaras de tecidos para todos os colaboradores e máscaras descartáveis para os clientes que adentrem às unidades e orientar a todos quanto a forma de uso;

- Privilegiar a ventilação natural nos locais de trabalho;

- Propiciar o teletrabalho ou trabalho remoto para os colaboradores pertencentes ao grupo de risco;

- Suspender eventos presenciais de todas as naturezas por tempo indeterminado. Para suprir as necessidades, os eventos de qualquer espécie que requer a convocação de mais de duas pessoas serão substituídos por áudio e/ou videoconferência;

- Cancelar viagens nacionais e internacionais por tempo indeterminado;

- Limpar e desinfetar os locais de trabalho e áreas comuns no intervalo entre turnos ou sempre que houver a designação de um trabalhador para ocupar o posto de trabalho de outro;

- Proibir o compartilhamento de copos, pratos e talheres não higienizados, bem como qualquer outro utensílio de cozinha, orientar o uso de utensílios descartáveis;

- Limpar e desinfetar as superfícies e mesas após a utilização;

- Espaçar as cadeiras a fim de aumentar as distâncias interpessoais. Considerar o rodízio do horário de intervalo dos trabalhadores, de modo a diminuir o número de pessoas no refeitório em cada horário;

- Afixar recipiente de álcool 70% nos elevadores para que aumente a facilidade dos colaboradores higienizarem suas mãos;

- Dar atenção especial aos trabalhadores pertencentes ao grupo de risco (com mais de 60 anos, gestantes, lactantes, ou com comorbidades de riscos, como diabéticos, hipertensos, portadores de insuficiência renal crônica, doenças respiratórias crônicas e doenças cardiovasculares), devendo ser priorizado sua permanência na própria residência e aplicando-se o teletrabalho ou antecipação do gozo de férias.

O Sicoob Nossacoop também adota as seguintes práticas de identificação e isolamento de casos suspeitos e confirmados:

- Os dados sobre colaboradores que testarem positivamente para a doença, ou tiverem alteração no estado de saúde, ou tiverem tido contato com pessoas confirmadas ou suspeitas para a doença, deverão ser reportados imediatamente pelos gestores ao setor de Recursos Humanos da Cooperativa, através de canal direto adaptado por aquele departamento.

- Os trabalhadores que apresentarem positivo, ou quadro respiratório agudo com um ou mais sinais da doença, ou que tiverem contato direto com casos confirmados ou suspeitos, deverão se afastar de acordo com as normas vigentes da Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais.

- Os trabalhadores afastados considerados casos suspeitos poderão retornar às suas atividades laborais presenciais antes do prazo previsto determinado de afastamento quando o exame laboratorial, flexibilizado pela Cooperativa, descartar a doença, de acordo com o Ministério da Saúde, ou se estiverem assintomáticos por mais de 72 horas.

### 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é

segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

#### e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.



#### f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICCOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCO SICCOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de

terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço,

reconhecidos em base pro rata die.

#### n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### p) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### t) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

#### x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

-Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base

das demonstrações contábeis;

-Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

#### 5. Operações de Crédito

##### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	102.082.975,25	243.349.794,06	<b>345.432.769,31</b>	73.168.043,78	204.437.488,95	<b>277.605.532,73</b>
Financiamentos	21.507.945,65	42.120.575,91	<b>63.628.521,56</b>	9.516.791,53	24.630.436,71	<b>34.147.228,24</b>
Financiamentos Rurais	0,00	0,00	<b>0,00</b>	7.023,10	4.044,67	<b>11.067,77</b>
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>123.590.920,90</b>	<b>285.470.369,97</b>	<b>409.061.290,87</b>	<b>82.691.858,41</b>	<b>229.071.970,33</b>	<b>311.763.828,74</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.207.379,66)	(8.722.613,63)	<b>(14.929.993,29)</b>	(5.198.121,71)	(6.167.315,22)	<b>(11.365.436,93)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117.383.541,24</b>	<b>276.747.756,34</b>	<b>394.131.297,58</b>	<b>77.493.736,70</b>	<b>222.904.655,11</b>	<b>300.398.391,81</b>

##### b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	37.654.195,61	1.531.671,04	0,00	39.185.866,65		40.848.277,13	
A 0,5% Normal	146.757.982,37	24.451.315,18	0,00	171.209.297,55	(856.046,49)	107.240.902,04	(536.204,51)
B 1% Normal	78.718.825,07	16.908.020,51	0,00	95.626.845,58	(956.268,26)	81.329.835,85	(813.298,36)
B 1% Vencidas	700.924,46	0,00	0,00	700.924,46	(7.009,24)	1.469.205,89	(14.692,72)
C 3% Normal	52.472.969,40	14.454.406,24	0,00	66.927.375,64	(2.007.821,27)	58.043.325,59	(1.741.299,77)
C 3% Vencidas	2.415.424,02	506.719,88	0,00	2.922.143,90	(87.664,32)	3.120.226,74	(93.606,80)
D 10% Normal	7.281.786,19	3.133.716,24	0,00	10.415.502,43	(1.041.550,24)	6.344.312,78	(634.431,28)
D 10% Vencidas	1.085.335,04	959.213,50	0,00	2.044.548,54	(204.454,85)	3.022.906,26	(302.290,63)
E 30% Normal	9.971.264,39	78.382,91	0,00	10.049.647,30	(3.014.894,19)	1.032.189,97	(309.656,99)
E 30% Vencidas	848.606,17	719.668,78	0,00	1.568.274,95	(470.482,49)	649.202,47	(194.760,74)
F 50% Normal	2.436.807,57	17.179,79	0,00	2.453.987,36	(1.226.993,68)	1.062.143,64	(531.071,82)
F 50% Vencidas	748.993,61	0,00	0,00	748.993,61	(374.496,81)	2.157.768,20	(1.078.884,10)
G 70% Normal	317.631,07	23.790,77	0,00	341.421,84	(238.995,29)	379.052,41	(265.336,69)
G 70% Vencidas	1.410.486,13	0,00	0,00	1.410.486,13	(987.340,29)	715.257,50	(500.680,25)
H 100% Normal	743.583,72	34.932,12	0,00	778.515,84	(778.515,84)	261.725,30	(261.725,30)
H 100% Vencidas	1.867.954,49	809.504,60	0,00	2.677.459,09	(2.677.459,09)	4.087.496,97	(4.087.496,97)
<b>Total Normal</b>	<b>336.355.045,39</b>	<b>60.633.414,80</b>	<b>0,00</b>	<b>396.988.460,19</b>	<b>(10.121.085,40)</b>	<b>296.541.764,71</b>	<b>5.093.025,38</b>
<b>Total Vencidas</b>	<b>9.077.723,92</b>	<b>2.995.106,76</b>	<b>0,00</b>	<b>12.072.830,68</b>	<b>(4.808.907,09)</b>	<b>15.222.064,03</b>	<b>(6.272.411,55)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>345.432.769,31</b>	<b>63.628.521,56</b>	<b>0,00</b>	<b>409.061.290,87</b>	<b>(14.929.993,29)</b>	<b>311.763.828,74</b>	<b>(11.365.436,93)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(12.671.433,95)</b>	<b>(2.258.559,34)</b>	<b>0,00</b>	<b>(14.929.993,29)</b>		<b>(11.365.436,93)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>332.761.335,36</b>	<b>61.369.962,22</b>	<b>0,00</b>	<b>394.131.297,58</b>		<b>311.763.998,74</b>	

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	6.986.661,52	4.713.571,87
Relações interfinanceiras centralização financeira (a)	186.622.152,63	166.892.627,32
<b>TOTAL</b>	<b>193.608.814,15</b>	<b>171.606.199,19</b>

#### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dia):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	45.922.118,81	56.160.856,44	243.349.794,06	345.432.769,31
Financiamentos	5.883.245,82	15.624.699,83	42.120.575,91	63.628.521,56
<b>TOTAL</b>	<b>51.805.364,63</b>	<b>71.785.556,27</b>	<b>285.470.369,97</b>	<b>409.061.290,87</b>

#### d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	13.484.660,18	237.138,59	0,00	13.721.798,77	3,35%
Setor Privado - Indústria	2.319.213,60	1.036.673,36	0,00	3.355.886,96	0,82%
Setor Privado - Serviços	147.792.920,46	53.784.603,11	0,00	201.577.523,57	49,28%
Pessoa Física	181.628.238,11	8.570.106,50	0,00	190.198.344,61	46,50%
Outros	207.736,96	0,00	0,00	207.736,96	0,05%
<b>TOTAL</b>	<b>345.432.769,31</b>	<b>63.628.521,56</b>	<b>0,00</b>	<b>409.061.290,87</b>	<b>100,00%</b>

#### e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020
Saldo inicial	7.816.742,13
Constituições/Reversões no período	8.834.768,79
Transferência para prejuízo no período	(5.286.073,99)
<b>Saldo Final</b>	<b>11.365.436,93</b>

#### f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	8.853.781,76	0,02%	5.564.308,61	0,02%
10 Maiores Devedores	52.398.473,97	0,13%	34.405.855,15	0,11%
50 Maiores Devedores	119.981.194,78	0,29%	87.875.254,56	0,28%

#### g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	7.880.453,33	4.564.155,97
Valor das operações transferidas no período	7.435.953,10	5.286.073,99
Valor das operações recuperadas no período	(1.281.368,05)	(1.821.411,56)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(273.751,04)	(148.365,07)
<b>Saldo Final</b>	<b>13.761.287,34</b>	<b>7.880.453,33</b>

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito" no montante de R\$1.299.499,29.

## 6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	546.377,71	0,00	232.791,04	0,00
Rendas a Receber (b)	2.011.012,43	0,00	508.722,10	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	393.761,70	0,00	292.240,57	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	10.059,15	2.480.624,76	0,00	2.363.271,44
<b>TOTAL</b>	<b>2.961.210,99</b>	<b>2.480.624,76</b>	<b>1.033.753,71</b>	<b>2.363.271,44</b>

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICCOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Comissões por Coobrigações (R\$ 0,00), Dividendos e Bonificações em Dinheiro (R\$ 0,00), Rendas de Serviços Prestados (R\$ 0,00), Rendas de Administração de Fundos de Investimento (R\$ 0,00), Rendas de Convênios (R\$ 41.388,82), Rendas de

Cartões (R\$ 272.131,53), Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 1.566.939,32) e outros (R\$ 130.552,76);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 393.761,70) e outros (R\$ 0,00);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia outros recursos (R\$ 10.059,15), PIS - DEPÓSITO JUDICIAL (R\$ 409.905,56) e COFINS - DEPÓSITO JUDICIAL (R\$ 2.070.719,20).

### 6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(408.298,99)	0,00	(186.235,20)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(408.298,99)</b>	<b>0,00</b>	<b>(186.235,20)</b>	<b>0,00</b>

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 0,3% Normal	0,00	81.634,97	0,00	81.634,97	(24.490,49)	18.444,83	(5.533,45)
E 0,3% Vencidas	0,00	36.417,49	0,00	36.417,49	(10.925,28)	31.930,40	(9.579,11)
F 0,5% Vencidas	0,00	56.615,01	0,00	56.615,05	(28.307,51)	13.398,09	(6.699,08)
G 0,7% Normal	0,00	17.304,93	0,00	17.304,93	(12.113,45)	0,00	0,00
G 0,7% Vencidas	0,00	73.143,50	0,00	73.143,50	(51.200,45)	15.314,01	(10.719,81)
H 1% Normal	0,00	11.967,51	0,00	11.967,51	(11.967,51)	3.026,30	(3.026,30)
H 1% Vencidas	0,00	269.294,30	0,00	269.294,30	(269.294,30)	150.677,45	(150.677,45)
<b>Total Normal</b>	<b>0,00</b>	<b>110.907,41</b>	<b>0,00</b>	<b>110.907,41</b>	<b>(48.571,45)</b>	<b>21.471,13</b>	<b>(8.559,78)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>0,00</b>	<b>435.470,30</b>	<b>0,00</b>	<b>435.470,30</b>	<b>(359.727,54)</b>	<b>211.319,91</b>	<b>(177.675,42)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>0,00</b>	<b>546.377,71</b>	<b>0,00</b>	<b>546.377,76</b>	<b>(408.298,99)</b>	<b>232.791,08</b>	<b>(186.235,20)</b>
<b>Provisões</b>	<b>0,00</b>	<b>(408.298,95)</b>	<b>0,00</b>	<b>(408.298,99)</b>		<b>(186.235,20)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>138.078,76</b>	<b>0,00</b>	<b>138.078,76</b>		<b>46.555,88</b>	

## 7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	182.071,89	0,00	189.846,30	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>182.071,89</b>	<b>0,00</b>	<b>189.846,30</b>	<b>0,00</b>

## 8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	56.060,57	0,00	78.251,66	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	16.910,08	0,00	18.701,21	0,00
Devedores Diversos - País (a)	42.451,58	0,00	457.785,89	0,00
Material em Estoque	355.241,00	0,00	1.554,00	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Recebidos (b)	239.680,80	0,00	0,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	717.652,14	0,00	454.127,24	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.427.996,17</b>	<b>0,00</b>	<b>1.010.420,00</b>	<b>0,00</b>

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 877,16), Seguros Contratados a Receber (R\$ 0,00), Plano de Saúde a Receber (R\$ 0,00), Pendências a Regularizar - BANCO SICCOB (R\$ 1.484,97) e outros (R\$ 40.089,45);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.



## 9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição (a)	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central de Crédito	4.864.995,98	3.779.133,08
Partic. Em Inst. Financ. Controlada por Coop. Crédito	8.752.488,52	6.780.150,43
<b>TOTAL</b>	<b>13.617.484,50</b>	<b>10.559.283,51</b>

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.

## 10. Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	1.377.515,33	1.377.515,33
Instalações	10%	1.701.931,57	1.881.916,99
Móveis e equipamentos de Uso	10%	5.192.300,68	4.623.314,12
Sistema de Comunicação	20%	5.421,17	5.421,17
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.189.033,33	3.037.795,30
Sistema de Segurança	10%	759.965,04	647.648,19
Sistema de Transporte	20%	365.676,80	364.476,80
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		8.140.922,32	4.851.625,39
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>20.732.766,24</b>	<b>16.789.713,29</b>
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(248.491,04)	(193.390,52)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(819.962,11)	(775.444,10)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.787.023,95)	(3.159.820,31)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(132.343,08)	(59.308,43)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.308.274,65)	(668.095,61)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(6.296.094,83)</b>	<b>(4.856.058,97)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>14.436.671,41</b>	<b>11.933.654,32</b>

## 11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de Processamento de Dados	339.010,99	279.351,19
Sistemas de Comunicação e de Segurança	265.866,06	265.866,06
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	428.874,01	428.874,01
<b>Total de Intangível</b>	<b>1.033.751,06</b>	<b>974.091,26</b>
(-) Amort. Acum. e Ativos Intangíveis	(642.408,25)	(543.004,48)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>	<b>(642.408,25)</b>	<b>(543.004,48)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>391.342,81</b>	<b>431.086,78</b>

## 12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	101.080.638,38	0,00	75.999.600,30	0,00
Depósito a Prazo (b)	355.395.089,39	23.719,21	328.473.508,99	103.163,00
<b>TOTAL</b>	<b>456.475.727,77</b>	<b>23.719,21</b>	<b>404.473.109,29</b>	<b>103.163,00</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado"

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	30.236.093,71	0,07%	25.714.380,34	0,06%
10 Maiores Depositantes	120.339.105,32	0,26%	115.076.156,86	0,29%
50 Maiores Depositantes	206.798.644,05	0,45%	190.627.933,97	0,47%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.246.936,78)	(15.510.784,20)	(5.945.495,01)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(336.607,04)	(638.533,47)	(402.948,78)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.583.543,82)</b>	<b>(16.149.317,67)</b>	<b>(6.348.443,79)</b>

## 13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.



a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	65.524.310,65	24.090.548,45	34.332.249,90	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>65.524.310,65</b>	<b>24.090.548,45</b>	<b>34.332.249,90</b>	<b>0,00</b>

## b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Cooperativa Central	(3.290.218,94)	(3.290.218,94)	(505.332,08)
Outras Instituições	0,00	(700.763,37)	(1.392.056,29)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.290.218,94)</b>	<b>(3.990.982,31)</b>	<b>(1.897.388,37)</b>

## 14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	6.213.715,12	0,00	724.457,91	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	237.568,00	0,00	241.454,37	0,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (c)	223.364,09	0,00	1.396,25	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.674.647,21</b>	<b>0,00</b>	<b>967.308,53</b>	<b>0,00</b>

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Saneamento (R\$ 80,80) e outros (R\$ 6.213.634,32);

(b) Referem-se a fornecedores oriundos de compras de prazo;

(c) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - IOF (R\$ 217.972,22), Federais (R\$ 0,00), Estaduais (R\$ 0,00), Municipais (R\$ 415,11) e outros (R\$

4.976,76).

## 15. Instrumentos Financeiros

O SICOOB NOSSACOOP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, e empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

## 16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	405.453,38	14.898,53	169.882,52	5.080,03
Provisão Para Contingências (b)	0,00	2.480.624,76	42.800,00	2.363.271,44
<b>TOTAL</b>	<b>405.453,38</b>	<b>2.495.523,29</b>	<b>212.682,52</b>	<b>2.368.351,47</b>

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	17.861.673,75	12.410.003,27
<b>TOTAL</b>	<b>17.861.673,75</b>	<b>12.410.003,27</b>

## (b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	409.905,56	409.905,56	390.508,65	390.508,65
COFINS	2.070.719,20	2.070.719,20	1.972.762,79	1.972.762,79
Outras Contingências	0,00	10.059,15	42.800,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.480.624,76</b>	<b>2.490.683,91</b>	<b>2.406.071,44</b>	<b>2.363.271,44</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB NOSSACOOP**, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 79.697,93. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	108.282,81	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	45.843,46	0,00	46.616,57	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	845.525,29	0,00	504.941,57	0,00
Outros	225.437,34	0,00	198.772,09	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.225.088,90</b>	<b>0,00</b>	<b>750.330,23</b>	<b>0,00</b>



## 18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.171.802,12	0,00	2.935.817,15	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	378.361,85	0,00	226.391,32	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.378.864,52	0,00	2.397.481,15	0,00
Credores Diversos - País (d)	1.498.330,36	0,00	1.147.057,23	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.427.358,85</b>	<b>0,00</b>	<b>6.706.746,85</b>	<b>0,00</b>

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social FATES (a.1)	948.930,18	0,00	1.356.211,85	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.222.871,94	0,00	1.179.605,30	0,00
Provisão Para Participações nos Lucros - Funcionários	0,00	0,00	400.000,00	0,00
	<b>3.171.802,12</b>	<b>0,00</b>	<b>2.935.817,15</b>	<b>0,00</b>

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o

desligamento do quadro social;

(b) Refere-se a salários a pagar por convênios com terceiros no valor de (R\$ 378.361,85);

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 2.587.923,05) e outros (R\$ 790.941,47);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 291.788,48), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 44.801,27), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 12.386,50), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 907.883,36) e outros (R\$ 241.470,75).



## 2019. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	<b>29.675.741,54</b>	<b>27.568.355,66</b>
Associados	20.078	18.136

### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/02/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no montante de R\$ 6.424.847,38, da seguinte forma:

- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), no valor de R\$ 143.788,15;
- Fundo de Reserva Legal, no valor de R\$ 1.800.000,00;
- Fundo de Expansão do Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 2.000.000,00;
- Distribuição aos associados na proporção direta das operações realizadas por cada um no exercício, no valor de R\$ 2.481.059,23.

### c) Reserva de Expansão

Refere-se aos recursos extraídos das Sobras Líquidas do Exercício com a finalidade de alavancagem e expansão das Unidades de Negócios. Tem como manutenção a realização dos Ativos para expansão. Sua extinção se dará no final do exercício, devendo ser retornado às Sobras Líquidas do Exercício para destinação aos Cooperados, baseado nos seus valores de mercado, conforme definido no pela Lei nº 11.638 de 2007.

### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN,

### e) Destinações Estatutárias e Legais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	9.489.301,80	13.562.118,46
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
<b>Sobra líquida, base de cálculo das destinações</b>	<b>9.489.301,80</b>	<b>13.562.118,46</b>
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 50,00%	(4.744.650,90)	(6.781.059,23)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10,00%	(948.930,18)	(1.356.211,85)
Reversão de Reserva de Expansão	2.000.000,00	1.000.000,00
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>5.795.720,72</b>	<b>6.424.847,38</b>

## 20. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Resultado de Atos com não associados - antes do IRPJ/CSLL	2.156.528,70	1.079.713,06
Imposto de Renda e Contribuição Social	(514.270,30)	(136.958,67)
<b>Resultado com não associados deduzido das Despesas de IRPJ/CSLL</b>	<b>1.642.258,40</b>	<b>942.754,39</b>
Dedução Resoluções Sicoob Confederação 129/16 e 145/16	(3.914.822,28)	(3.345.128,18)
<b>Resultado de Atos com não Associados conf. Art. 87 da Lei 5.764/71</b>	<b>(2.272.563,88)</b>	<b>(2.402.373,79)</b>

## 21. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 70,45 % da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 885.365,53. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

## 22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	81.290,24	160.178,98	99.932,07
Rendas de Empréstimos	22.387.923,00	42.579.183,53	35.674.563,34
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.109.224,59	2.347.496,46	2.362.914,47
Rendas de Financiamentos	3.090.197,95	5.465.610,97	2.068.250,63
Rendas de Financiamentos Rurais	0,00	394,53	1.781,51
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	475.064,73	1.295.263,00	348.570,67
<b>TOTAL</b>	<b>27.143.700,51</b>	<b>51.848.127,47</b>	<b>40.556.012,69</b>

## 23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(11.583.543,82)	(16.149.317,67)	(6.348.443,79)
Despesas De Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.290.218,94)	(3.990.982,31)	(1.897.388,37)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.760.839,45	6.756.396,45	5.005.034,33
Reversões de Provisões para Outros	68.966,23	86.282,44	64.209,69
Provisões para Operações de Crédito	(8.822.970,66)	(17.472.896,09)	(12.075.918,09)
Provisões para Outros Créditos	(352.268,30)	(592.356,05)	(351.355,89)
<b>TOTAL</b>	<b>(20.219.196,04)</b>	<b>(31.362.873,23)</b>	<b>(15.603.862,12)</b>

## 24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	4.390.516,13	8.527.924,08	7.669.173,84
Rendas de Outros Serviços	4.302.161,12	8.380.589,84	5.800.405,90
<b>TOTAL</b>	<b>8.692.677,25</b>	<b>16.908.513,92</b>	<b>13.469.588,74</b>

## 25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	700.000,17	1.332.955,79	1.084.198,91
Rendas de Serviços Prioritários - PF	156.241,32	344.627,42	488.955,09
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	641.625,66	1.502.428,13	1.483.902,74
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.107.104,37	7.518.936,58	5.430.547,19
<b>TOTAL</b>	<b>5.604.971,52</b>	<b>10.698.947,92</b>	<b>8.487.603,93</b>

## 26. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(104.091,32)	(191.378,27)	(214.512,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.103.858,64)	(2.336.462,77)	(1.375.382,77)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.431.793,11)	(2.777.150,69)	(2.247.678,09)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.288.426,70)	(4.427.649,07)	(2.955.181,90)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.464.250,26)	(12.078.891,84)	(7.976.775,26)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(550,36)	(550,36)	(208.722,08)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(4.940,00)	(4.940,00)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(11.397.910,39)</b>	<b>(21.817.023,00)</b>	<b>(14.978.252,10)</b>

## 27. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(233.741,27)	(442.785,59)	(355.354,30)
Despesas de Aluguéis	(1.737.032,35)	(3.151.597,84)	(2.206.308,13)
Despesas de Comunicações	(565.609,26)	(1.088.624,16)	(868.732,90)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(164.413,27)	(337.927,83)	(302.746,19)
Despesas de Material	(179.520,53)	(306.496,34)	(423.580,68)
Despesas de Processamento de Dados	(1.575.020,20)	(2.881.283,41)	(2.245.452,37)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(394.091,05)	(412.904,75)	(527.511,24)
Despesas de Propaganda e	(154.981,85)	(284.242,15)	(87.158,23)
Despesas de Publicações	(16.638,00)	(34.638,00)	(36.663,00)
Despesas de Seguros	(556.806,25)	(991.860,23)	(497.432,86)
Despesas de Serviços do Sistema	(2.981.919,54)	(5.366.808,18)	(4.794.152,64)
Despesas de Serviços de Terceiros	(667.632,29)	(1.329.989,95)	(996.792,09)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(592.677,57)	(1.191.645,54)	(968.236,59)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(443.707,58)	(794.065,33)	(763.270,95)
Despesas de Transporte	(358.678,98)	(660.894,90)	(497.760,94)
Despesas de Viagem ao Exterior	(21.024,00)	(21.024,00)	(252,50)
Despesas de Viagem no País	(39.297,11)	(76.487,60)	(67.363,50)
Despesas de Amortização	(57.215,24)	(109.839,51)	(285.304,60)
Despesas de Depreciação	(1.074.782,82)	(2.019.058,05)	(1.401.119,66)
Outras Despesas Administrativas	(1.043.415,11)	(1.931.171,06)	(1.617.952,48)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.858.204,27)</b>	<b>(23.433.344,42)</b>	<b>(18.943.145,85)</b>





## 28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	409.811,31	688.657,56	345.148,66
Dividendos	0,00	163.990,11	434.370,24
Distribuição de sobras da central	0,00	88.398,76	101.690,37
Atualização depósitos judiciais	0,00	41.000,00	66.378,28
Rendas de Repasses Interfinanceiros	22.993,76	22.993,76	20.000,12
Outras rendas operacionais	161.824,32	302.952,25	166.331,72
Rendas oriundas de crédito e aquisição	1.322.009,67	2.453.715,43	2.120.320,62
<b>TOTAL</b>	<b>1.916.639,06</b>	<b>3.761.707,87</b>	<b>3.254.240,01</b>

## 29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	(1.535,00)	0,00
Outras Despesas Operacionais	(558.900,49)	(956.645,68)	(1.497.546,40)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(309.343,66)	(602.422,13)	(573.895,54)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(93.746,86)	(152.366,72)	(46.063,93)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(19.669,07)	(24.152,33)
Perdas - Fraudes Internas	0,00	0,00	(26.113,80)
Perdas - Fraudes Externas	(7.779,60)	(7.779,60)	(426.670,52)
Perdas - Práticas Inadequadas	(2.840,00)	(2.840,00)	(13.844,93)
(-) Perdas Por Reducao Ao Valor Recuperavel de Ativos de Uso	0,00	0,00	(12.882,31)
<b>TOTAL</b>	<b>(972.610,61)</b>	<b>(1.743.258,20)</b>	<b>(2.621.169,76)</b>

## 30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
<b>Provisões/Reversões para Contingências</b>	<b>(272.314,25)</b>	<b>(468.173,51)</b>	<b>(203.382,13)</b>
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(272.314,25)	(467.370,11)	(164.068,97)
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	(9.513,16)
Provisões para Contingências	0,00	(803,40)	(29.800,00)
<b>Provisões/Reversões para Garantias Prestadas</b>	<b>(92.626,63)</b>	<b>(245.389,36)</b>	<b>(9.295,32)</b>
Provisões para Garantias Prestadas	(297.138,10)	(554.202,57)	(235.775,30)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	204.511,47	308.813,21	226.479,98
<b>TOTAL</b>	<b>(364.940,88)</b>	<b>(713.562,87)</b>	<b>(212.677,45)</b>

## 31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	107.505,63	107.505,63	0,00
Ganhos de Capital	31.343,45	75.007,74	97.905,05
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(77.867,55)	(77.867,55)	0,00
(-) Perdas de Capital	(4.692,41)	(44.066,03)	(284.472,15)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	0,00	(204,87)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(112.831,57)	(125.819,47)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(56.542,45)</b>	<b>(65.239,68)</b>	<b>(186.771,97)</b>

## 32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da

cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

### a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	1.177.552,18	0,2161%	13.354,56
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	2.139.051,12	0,3926%	7.260,88
<b>TOTAL</b>	<b>3.316.603,30</b>	<b>0,6086%</b>	<b>20.615,44</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>9.525.507,98</b>	<b>1,8204%</b>	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE	31/12/2021
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,7210%
Aplicações Financeiras	1,8204%

### b) Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	23.300,62	414,94	0,8589%
Conta Garantida	12.008,72	120,09	0,0924%
Empréstimos	4.565.734,65	22.332,78	1,4256%
Financiamentos	39.112,90	195,56	0,0615%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	124.004,13	0,1238%	0%
Depósitos a Prazo	6.179.732,57	1,7387%	0,8195%

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	11.718,43
Empréstimos	11.327.169,61
Financiamentos	147.912,90

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	183.656,02	200846,4100%

e) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(253.997,26)	(529.257,80)	(146.253,37)	(297.314,40)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.103.858,64)	(2.336.462,77)	(642.886,23)	(1.375.382,77)

f) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2021	31/12/2020
237.739,66	489,00

### 33. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução

de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NOSSACOOP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	186.622.152,63	166.892.627,32
Ativo - Investimentos	4.864.995,98	3.779.133,08
<b>Total das Operações Ativas</b>	<b>191.487.148,61</b>	<b>170.671.760,40</b>
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.614.859,10	34.332.249,90
<b>Total de Operações Passivas</b>	<b>89.614.859,10</b>	<b>34.332.249,90</b>

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE::

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.127.453,28	9.261.856,30	3.781.147,45
<b>Total das Receitas</b>	<b>7.127.453,28</b>	<b>9.261.856,30</b>	<b>3.781.147,45</b>
Rateio de Despesas da Central	(357.368,49)	(596.430,10)	(376.135,39)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(357.368,49)</b>	<b>(596.430,10)</b>	<b>(376.135,39)</b>

### 34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das

operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

#### 34.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### 34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;



f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE):

avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

### 34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de



garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

### 34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

### 34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

#### 34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade,

provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.



### 35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	51.955.562,14	44.227.236,22
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	405.882.496,89	312.675.873,72
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	12,80	14,14
Imobilizado para cálculo do limite	14.436.671,41	11.933.654,32
Índice de imobilização (limite 50%) %	27,79	26,98

BELO HORIZONTE - (MG), 20 de janeiro de 2022.

Fabiano Soares dos Santos  
Diretor Coordenador

Gilmar Lima Guimarães  
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno Mota Ferreira  
Diretor de Negócios

Rosemary Batista dos Santos  
Contador – CRC nº 067612/0

